

SOCIEDADE CIVIL, HEGEMONIA E DEMOCRACIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO CAMPO DA RESISTÊNCIA ANTICAPITALISTA

CIVIL SOCIETY, HEGEMONY AND DEMOCRACY: CHALLENGES AND PERSPECTIVES IN THE FIELD OF ANTICAPITALIST RESISTANCE

Maria Clariça Ribeiro Guimarães 1

Resumo: O artigo trata da relação dos movimentos sociais com as concepções de democracia e cidadania, refletindo sobre as manifestações e tensionamentos atuais dessa relação no contexto do capitalismo contemporâneo, enfatizando a particularidade brasileira. Para tanto, adotamos como principal referencial teórico-analítico as formulações gramscianas ancoradas na compreensão do marxismo como filosofia da práxis. Também problematizamos a reconfiguração atual do regime democrático a limites ainda mais estreitos e suas expressões e implicações no âmbito da sociedade civil e dos movimentos sociais urbanos e rurais, no contexto da luta pela hegemonia, concluindo pela importância do trabalho de base, da organização e mobilização popular e da construção de alianças para fortalecer um novo projeto hegemônico.

Palavras-chave: Sociedade Civil. Movimentos Sociais. Democracia. Hegemonia.

Abstract: The article deals with the relationship of social movements with the concepts of democracy and citizenship, reflecting on the current manifestations and tensions of this relationship in the context of contemporary capitalism, emphasizing the Brazilian particularity. For that, we adopted as main theoretical-analytical reference the Gramscian formulations anchored in the understanding of Marxism as a philosophy of praxis. We also problematize the current reconfiguration of the democratic regime to even narrower limits and its expressions and implications within the scope of civil society and urban and rural social movements, in the context of the struggle for hegemony, concluding by the importance of grassroots work, organization and mobilization and building alliances to strengthen a new hegemonic project.

Keywords: Civil Society. Social Movements. Democracy. Hegemony.

Introdução

Na sociabilidade do capital, na qual a opção ou não por regimes democráticos dá-se ao sabor das conveniências dos interesses dominantes, inexistem democracia sem as lutas das classes subalternas. Não por acaso estas historicamente estiveram na vanguarda das lutas em torno dos direitos liberais democráticos. Na particularidade brasileira, lutas empreendidas sob as marcas de uma formação social sublinhada por uma modernização que não implicou em ruptura revolucionária com as relações do passado e, ao mesmo tempo, por recorrentes interdições à participação popular nos processos de decisão política (COUTINHO, 1989; FERNANDES, 1975).

Com esta referência, no presente artigo, discutimos democracia, sociedade civil e movimentos sociais, rejeitando as concepções a-classistas que supõem que a luta social se faz sem contradições, antagonismos e confrontos. Ademais, por entendermos que é na esfera da sociedade civil e por meio dela que se dá a formação dos sujeitos políticos coletivos, evidenciamos a ação política de movimentos urbanos e rurais face à realidade brasileira contemporânea, dentre os quais destacamos em particular o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), apreendendo avanços e entraves em seus processos de organização e mobilização em um cenário que aqui qualificamos, sob inspiração de Demier (2017), como sendo a radicalização contemporânea da blindagem da democracia liberal brasileira.

Democracia, Sociedade Civil e Movimentos Sociais

Para expressar o contexto de ressurgimento de movimentos, organizações e manifestações sociais das classes subalternas face o regime autoritário vigente no país em seus processos de luta e mobilização pela conquista e/ou ampliação de direitos sociais, políticos e civis, passa-se a empregar a categoria sociedade civil na dinâmica social brasileira, desenhando-se uma articulação orgânica entre movimentos sociais, democracia e cidadania.

Embora acerca de tais categorias, como desvela Duriguetto (2007), manifestem-se distintas concepções e entendimentos, portadores de distintos projetos societários, os quais desdobram-se em ações e perspectivas prático-políticas de diferentes sujeitos individuais e coletivos, incluindo movimentos sociais e instrumentos políticos diversos e atuantes no cenário brasileiro.

Sob essa lógica, no mais das vezes, a adoção das categorias *democracia* e *cidadania* têm caminhado na mesma direção: progressivo esvaziamento do seu conteúdo político de estreita vinculação a um projeto societário de hegemonia das classes subalternas e sua transmutação para um sentido generalizado de cunho formal-abstrato, acomodado à ordem burguesa e restrito ao apaziguamento dos conflitos de classe.

Não obstante, o destrinchar do conteúdo classista da democracia sob o capitalismo passa as clássicas elaborações de Marx, Lênin, Trotsky e Gramsci, a destacando como uma das formas de dominação de classe exercidas pelo Estado capitalista, posto que, nas palavras de Lênin (2005, p. 96), não passa de uma “democracia mutilada, miserável, falsificada, uma democracia só para os ricos, para uma minoria”. Apesar disso não foi sem resistência que a classe dominante aceitou a democracia como regime político do Estado burguês.

Nos lembra Wood (2005) de que muitas e encarniçadas foram as reivindicações da classe trabalhadora em luta que pressionaram e viabilizaram o regime democrático-liberal. Dialeticamente, no entanto, a incorporação de direitos de cidadania à democracia representativa burguesa não afasta o caráter de dominação política do capital sobre o trabalho contido em tal regime político, nos marcos de um Estado capitalista. Ainda que possa por vezes assumir formatos e contornos diferenciados em razão de particularidades históricas e conjunturais.

Coerção, consenso e, quando necessário, cooptação compõem o exercício da hegemonia do capital capaz de possibilitar à burguesia a adoção da democracia liberal como regime político propício para a efetivação da sua dominação de classe:

O exercício 'normal' da hegemonia, no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações -, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. Entre o consenso e a força situa-se a corrupção-fraude (que é característica de certas situações de difícil exercício da função hegemônica, apresentando o emprego da força excessivos perigos), isto é, o enfraquecimento e a paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção de seus dirigentes, seja veladamente, seja abertamente (em casos de perigo iminente), com o objetivo de lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias (GRAMSCI, 2002, p. 95).

Com o ressurgimento na década de 1970 das organizações das classes subalternas na sociedade civil pautando a sua ação política na dinâmica da vida social brasileira, com uma pluralidade de movimentos sociais articulados na luta pela cidadania, demarca-se também, especialmente a partir da segunda metade da década, uma retomada - sob outros contornos e conteúdos – do debate sobre sociedade civil e democracia, revelando distinções radicais nas leituras feitas acerca do que se entende por sociedade civil, que projeto de democracia estaria implicado a partir de cada uma destas distintas concepções e o significado, papel e potencialidade das muitas ações políticas proliferadas desde a reativação dos movimentos sociais, de base operária e popular, e a multiplicação de vasta teia de organizações e tematizações que vieram à tona entrelaçadas e referenciadas na luta pela cidadania: trabalho, moradia, saúde, educação, meio ambiente, discriminações de sexo/sexualidades e raça/etnia, etc (DURIGUETTO, 2007), contribuindo para que muitos fossem os debates suscitados nas décadas seguintes no que diz respeito à relação dos movimentos sociais com as concepções de democracia e cidadania.

Dentre os vastos campos de entendimento, destacam-se os teóricos da democracia participativa e sua concepção linear e automatizada de consciência, a qual seria automaticamente gerada pelas contradições estruturais do capitalismo e, por sua vez, produziria novos movimentos sociais. Assim, ciclicamente, mais movimentos sociais implicaria em mais participação; e mais participação geraria mais consciência e assim sucessivamente.

Curiosamente para Habermas, um dos teóricos mais expressivos desta perspectiva, a alternativa democrática para a esfera pública consiste nas manifestações dos chamados novos movimentos sociais com sua focalização em temáticas específicas, permanecendo intocáveis as estruturas materiais do poder político e econômico. Nessa perspectiva, rejeita-se a concepção de classe social, a constituição do sujeito revolucionário e a perspectiva emancipatória e restringe-se a dimensão política dos movimentos sociais aos processos de formação de identidade, alterações de “estilos de vida” e luta por “definições” e “gramáticas” (HABERMAS, 1997).

Ora, embora tenhamos acordo com Galvão (2011) de que não há uma teoria marxista dos movimentos sociais plenamente desenvolvida e articulada – a despeito do interesse do marxismo pelo estudo do movimento operário – sendo esta uma tarefa ainda a ser realizada, discordamos frontalmente de Melucci (1980) de que o marxismo não disponha de instrumental analítico para a compreensão dos movimentos sociais, inclusive aqueles frequentemente denominados identitários, os quais podem perfeitamente serem apreendidos sob uma perspectiva marxista, sem entretanto dissociá-los dos processos de exploração e dominação capitalista e sem decretar o desaparecimento das classes sociais ou dar por encerrada a luta de classes. Longe disso.

Afinal, é partindo das contradições reais vivenciadas pela classe trabalhadora e do potencial explosivo do qual suas condições materiais de existência são dotadas que se constrói uma plataforma de mudanças e bandeiras de luta, a exemplo das lutas pela ampliação da jornada de trabalho e pela democratização dos processos políticos como importantes consignas

de organização e mobilização dos trabalhadores (ABREU, 2008).

Entretanto, a partir da difusão do estatuto da *cidadania* emanada dos direitos e garantias individuais proclamada como fundamento do liberalismo, operou-se um equivocado reducionismo de *liberdade a liberalismo*, sendo este falsamente identificado como *democracia*, mesmo andando longe de serem sinônimos (NETTO, 1995; DURIGUETTO, 2007).

A armadilha consiste ainda em querer que se opere uma substituição da identidade de classe pela identidade de sujeito portador de direitos ou a identidade de cidadãos iguais como parece sugerir Dagnino (2000), para quem o que estaria em jogo seria o direito de participar nas definições do sistema vigente e não necessariamente sua transformação radical. Contentar-se em ter como horizonte da luta política a consigna ilusória do direito a ter direitos significa ignorar o caráter classista da cidadania como parte das muitas aparências necessárias para a dominação burguesa (e sua decorrente ocultação) na medida em que neutraliza antagonismos entre trabalhadores e burgueses ficando ambos resguardados na figura comum de cidadão. É uma arapuca das mais astutas também porque a cidadania burguesa:

[...] dispensa a participação ativa dos cidadãos, exigindo das massas apenas uma postura, a mais absoluta possível, de indiferença, inércia e conformismo. Basta-lhe a obediência. Não se requer a livre adesão dos indivíduos. Não necessita, e chega mesmo a dispensar, a participação do conjunto da cidadania, salvo nos rituais eleitorais, transformados quase sempre em mero exercício de legitimação política. Passado esse momento o cidadão é alguém a quem formalmente se homenageia, mas que não se leva a sério (DIAS, 1999, p. 63).

Daí a importância de depararmos possíveis visões ingênuas acerca da cidadania, frequentemente em voga entre a classe trabalhadora e seus intelectuais, a fim de a desvendando em suas contradições a percebamos como espaço de luta. A tarefa de realização de uma nova cidadania ou uma cidadania das classes subalternas (DIAS, 1999) capaz de superar a cidadania de mercado presente na atual lógica societária exige alterações profundas na estrutura de classes e na forma como estas se relacionam, visto que não basta simplesmente legitimarmos o sistema vigente.

Panoramicamente, podemos dizer que o cenário brasileiro constituiu terreno fértil para a difusão das perspectivas culturalistas subjacentes aos denominados “novos movimentos sociais”, para as organizações do “terceiro setor” assentadas na lógica do voluntariado e da filantropia e para organizações e movimentos voltados à defesa dos direitos de cidadania e da democracia via ocupação dos espaços político-institucionais. Contudo, estas não são as únicas expressões presentes na sociedade civil brasileira.

Há também movimentos sociais das classes subalternas, considerados em nossa perspectiva como sujeitos coletivos que, no cotidiano da sua organização, conferem densidade política à questão social e que se constituem orgânicos de resistência e contestação. Sobretudo esses movimentos expressam um investimento contrário às perspectivas teórico-políticas que tornam o potencial organizativo dos movimentos das classes subalternas presentes na sociedade civil dispersos e esgotados em múltiplos particularismos desvinculados de um projeto de construção da contra hegemonia, o qual sem dúvida alguma exige das classes subalternas uma práxis política consciente e articulada. E mais: requer uma concepção ampliada, portanto, de classe e de sujeito revolucionário, capaz de protagonizar a construção de uma ordem societária emancipatória, reconhecendo que:

Esse sujeito revolucionário, por sua vez, deve estar voltado para a eliminação da divisão social e sexual do trabalho, da propriedade privada, do trabalho assalariado e ‘desvalorizado’, do racismo, do patriarcado, da heterossexualidade compulsória, das mais variadas formas de colonização, bem como de toda ideologia naturalizante das desigualdades sociais. Enfim, esse sujeito, para ser revolucionário, precisa estar afinado com um projeto societário antirracista,

antipatriarcal e anticapitalista para fundar uma nova sociabilidade verdadeiramente livre. Em outras palavras, esse sujeito deve corresponder à universalização das demandas pelo fim de todas as relações de apropriação, exploração, opressão e dominação, consubstanciadas pelas dimensões de classe, 'raça' e sexo (CISNE, 2014, p. 123).

Urge, nesse sentido, a necessidade de fazer convergir as múltiplas particularidades na construção de um novo projeto societário, reconhecendo a legitimidade e articulando numa perspectiva de unidade na práxis política tanto as lutas contra a desigualdade econômica quanto as lutas contra às desigualdades de sexo/sexualidades e raça/etnia. Isso porque, em uma perspectiva marxista, as chamadas lutas identitárias não podem ser esvaziadas das determinações econômicas típicas da dinâmica de reprodução capitalista e das contradições e conflitos de classe. Isso as despolitiza, as fragmenta e lhes dão um caráter pragmático e imediatista.

Na contemporaneidade, para avançarmos no desvelamento do contexto no qual a luta de classes tem sido travada, há que se considerar o quanto as mudanças no mundo do trabalho produzidas pelo processo de reestruturação produtiva e a ofensiva neoliberal contribuem para a obstrução das possibilidades de ampliação da democracia no Brasil (DURIGUETTO, 2007).

Nessa perspectiva, tomamos como referencial heurístico a concepção de *democracia blindada* cunhada por Demier (2017), para expressar uma arquitetura democrática de novo tipo, de caráter hegemônico (combinando consenso e coerção e recorrendo à cooptação sempre que necessário), com margens cada vez mais reduzidas para a incorporação de pressões e demandas populares em seus núcleos institucionais fundamentais de decisão, especialmente Parlamento e Poder Executivo (incluindo ministérios e secretarias), mas também com um Poder Judiciário praticamente impermeável a qualquer controle popular, por mínimo que seja. Além de contando também com as grandes corporações midiáticas como força auxiliar de sua manutenção e, mais do que isso, sua execução¹.

Como expressão da blindagem democrática do Poder Executivo evidencia-se ainda alternância de poder sem alternância de programática, ou seja, uma lógica de reprodução caracterizada por contumaz revezamento no governo de dois blocos político-partidários que podem ser até distintos em um ou outro aspecto do programa apresentado e defendido por cada um, mas que, em termos fundamentais, comungam da mesma plataforma.

Na particularidade brasileira, o regime democrático-liberal torna-se uma *democracia blindada* desde o avanço do neoliberalismo no país a partir dos anos 1990, sobretudo com a célere implantação dos ajustes neoliberais no país operada pelos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e as derrotas por estes impostas ao movimento sindical, com destaque para a categoria dos petroleiros e sua histórica greve de 1995.

Com a adesão do petismo à lógica contrarreformista na década de 2000 completa-se o processo de implantação da *democracia blindada* no Brasil, deixando a classe trabalhadora gradativamente alheada de representações sua na esfera estatal e das instituições do regime. Uma decorrência do rebaixamento progressivo das posições de resistência do Partido dos Trabalhadores (PT) aos ajustes neoliberais, assumindo protagonismo na defesa e implantação das mesmas quando na ocupação do governo central do país, combinadas com medidas relativas à redução do desemprego, aumento do salário mínimo e do mercado consumidor e expansão das políticas sociais compensatórias.

Conforma-se, assim, uma blindagem democrática de conteúdo, em primeiro lugar, essencialmente contrarreformista no que diz respeito às políticas públicas implementadas e, em segundo lugar, sob a marca do aumento – seletivo, importa notar – da repressão estatal. Esta expressa no extermínio da juventude preta e periférica e no aperfeiçoamento e intensificação

1 "Diferentemente de formatações anteriores da democracia liberal, a grande imprensa parece, nas democracias blindadas, executar uma função interna, basilar do regime, e não mais apenas uma função complementar, 'externa', limitada a apoiar/referendar os mecanismos de dominação vigentes. Agora, ela é um dos sujeitos que engendra estes próprios mecanismos. Nesse sentido, a grande mídia deve hoje ser concebida, pensamos, como uma das próprias instituições do regime democrático hodierno, isto é, como um dos alicerces centrais das democracias blindadas" (DEMIER, 2017, p. 46).

dos mecanismos de criminalização dos movimentos sociais, ampliando as restrições às manifestações políticas contestatórias.

Para Demier (2017), a *democracia blindada* configura, portanto, uma nova gestão burguesa da luta de classes, agora constituída em sua forma *ótima* e, nestes termos, corroboramos com as formulações do autor na afirmação de que as *democracias blindadas* correspondem ao nível *par excellence* da democracia burguesa, inviabilizando possibilidades e ilusões, outrora supostas, de qualquer imposição de limite aos ditames do capital pelos caminhos da institucionalidade. Com isso, assevera Demier (*Op. Cit*), na proporção em que expõe o real conteúdo de toda e qualquer democracia sob o capitalismo, a *democracia blindada* cada vez mais passa de democracia para a burguesia à democracia apenas e tão somente para a burguesia, e com frequentes demonstrações de força e vigor neste processo, como bem ilustra o golpe de 2016.

Face a polêmica sobre o processo de impeachment da presidenta Dilma constituir-se ou não como golpe, corroboramos com a análise de Braz (2017, p. 89) quando afirma:

Não achamos que isso se constitui num golpe clássico, uma vez que se desenvolve sem rupturas institucionais significativas. Ao contrário, ocorre dentro do funcionamento regular das instituições democráticas burguesa, ou seja, com o aval da Justiça e do Legislativo. O impeachment vem se constituindo recentemente, em especial na América Latina, numa forma ‘democrática’ de depor governos que, embora já tenham servido aos interesses do grande capital, já não servem ou os contrariam em alguma medida. As deposições de governos latino-americanos ‘inconvenientes’ não têm resultado na instalação de ditaduras apoiadas nas forças militares e são feitas com rasgados discursos que apelam ao ‘republicanismo’ e, claro, à democracia.

Nessa direção, ao prescindir do uso de maiores mecanismos coercitivos, o golpe de 2016 no governo evidencia a força da *democracia blindada* brasileira, posto que ao ser desenvolvido em *modus operandi* capaz de dar por dispensável a recorrência aos golpes clássicos de Estado, demonstra até mesmo e, por essa razão, inexistir a priori qualquer necessidade de suspensão do regime democrático vigente. Afinal, face os inconvenientes identificados nada obsta à *democracia blindada* que ela própria possa proceder ao seu devido saneamento (DEMIER, 2017), por meio de mecanismos internos e inerentes à blindagem democrática contemporânea.

Contudo, apesar dos graves retrocessos sociais empreendidos pelo Governo Temer, seguir com a implantação do programa político do golpe, dessa feita com o respaldo das urnas, era uma necessidade da burguesia para, ao fim e ao cabo, dar vazão à totalidade do programa político golpista, traduzido em austeridades e contrarreformas, o que vem a ser assegurado com a legitimidade conferida pelas urnas ao governo Bolsonaro. Na análise de Demier (2019), o golpe de 2016 leva ao auge o sentido contrarreformista da democracia blindada, passando a fortalecer o lado coercitivo do regime e, nesse sentido, das entranhas da blindagem da democracia liberal brasileira, parece nascer, a partir das eleições de 2018, uma democracia dos blindados, a promover uma verdadeira barbárie institucionalizada.

Com isso, reconfigura-se o regime democrático a limites ainda mais estreitos, inclusive desenhando-se como representativo do fascismo de mercado, bem ao gosto dos adeptos contemporâneos de Von Mises², os quais expressam em seus artigos e formulações a defesa de uma “ordem natural” caracterizada pelo direito de excluir/discriminar, pela desigualdade plenamente vigente, pela repressão do Estado para os considerados inimigos, pela formação de milícias privadas a partir do encorajamento ao porte de armas dos cidadãos (apenas os que puderem comprar obviamente) e pela gestão privada de todos os recursos da terra como uma contraposição à democracia liberal, explicitamente apontada como sua principal inimiga na contemporaneidade (AUGUSTO, 2016).

² Aristocrático liberal que não se furtou de apoios expressos ao fascismo, quando em vigor, o aclamando como a salvação para a humanidade e perfeitamente compatível com o liberalismo, porém, alterando sua posição após a derrota do fascismo, focando na tentativa de igualá-lo ao socialismo.

A radicalização contemporânea da blindagem da democracia liberal brasileira

Registrado o nosso acordo com Konder (2009) de que separadamente e, por si sós, reacionarismo, repressão, ditadura, autoritarismo, racismo, conservadorismo são elementos que não consistem a priori em fascismo, importa-nos ressaltar, logo de início, que certamente a eleição de um fascista à presidência do Brasil não significa – tampouco de modo imediato – a instalação de um regime fascista no país, o que não chegou a ocorrer nem mesmo na Itália, no período de novembro de 1922 a junho de 1926, quando já liderada pelo fascista Mussolini, mas ainda em uma condição transitória na qual permaneciam determinadas liberdades (CALIL, 2019).

No caso brasileiro, dentre os analistas políticos que apresentam reservas à caracterização do governo Bolsonaro como fascista destaca-se centralmente o argumento da ausência do antiliberalismo, posto que – ao contrário – estamos diante de um governo, sem dúvida alguma, ultraneoliberal. Contudo, importante atentarmos que o programa econômico de um regime fascista será sempre fundamentalmente o programa do grande capital e este certamente sofre alterações históricas a cada contexto.

Ademais, mesmo se tomarmos como referência o fascismo histórico dos anos 1920/1930, podemos verificar que apesar da retórica antiliberal dos fascistas esta nunca significou uma incompatibilidade completa entre fascismo e liberalismo, como bem lembra e exemplifica Mattos (2019) ao ressaltar a presença do liberal Alberto De Stefani como Ministro da Fazenda nos primeiros anos de Mussolini na chefia do Estado, bem como os elogios do neoliberal Ludwig von Mises aos regimes fascistas.

Não por acaso mesmo dentre os que discordam da caracterização do governo Bolsonaro como fascista prevalece o reconhecimento de que a compreensão da dinâmica política que atravessamos atualmente pode ser potencializada por meio da apropriação da história do fascismo.

Contudo, a fim de não perdemos de vista as configurações já assumidas pelo governo brasileiro, observamos que, se por vários momentos aventou-se que o bolsonarismo teria como inimigo nº 01 ora a educação ora a cultura, a constatação ao final do segundo ano de governo é de que, na realidade, não houve uma só área da política pública inatacada, a exemplo da ciência, do meio ambiente, da saúde, da previdência, da política de proteção à infância e adolescência e tudo o mais, sem obviamente dar margem para nenhuma válvula de escape para a educação, a cultura e a própria política externa. Qualquer projeto minimamente progressista é encarado como inimigo pelo atual governo.

Sena Júnior (2019), ao analisar o primeiro ano de gestão de Bolsonaro como uma governança poliocrática, nos apresenta uma interessante identificação de quatro núcleos principais, com confrontos e tensões internas, que compõem o governo em curso no país: o núcleo político, com a tarefa de articulação entre governo e congresso; o núcleo militar, na “retaguarda para qualquer eventualidade”; o núcleo econômico, responsável por responder aos grandes interesses das classes dominantes, nacionais e internacionais; e, por fim, o núcleo aqui apresentado por último para chamar a atenção para o fato de ser este o mais próximo do fascismo, que é o núcleo ideológico e bolsonarista.

Este é o núcleo no qual concentra-se sobremaneira a mobilização anticomunista e o fomento à guerra ideológica contra todo sujeito ou perspectiva capaz de se opor ao projeto do governo, frequentemente provocando debates acalorados no campo progressista e de esquerda com questionamentos se seu papel não seria na realidade de nos entreter com “cortinas de fumaça” enquanto o núcleo econômico opera. Ora, qualquer discurso capaz de materializar política concreta com impactos reais na vida das pessoas precisa ser lido como de intencionalidade muito mais arguta do que a de simplesmente desviar a nossa atenção.

Comungar com a compreensão de que as denominadas pautas identitárias, por exemplo, não passam de cortina de fumaça para camuflar as ações centrais do governo, desconsidera primeiro, que sempre houve imbricamento entre as agendas moral, política e econômica; e segundo, que longe de representar qualquer desgaste à imagem do governo, a mobilização e guerra ideológica é parte da política bolsonarista tanto quanto as suas medidas econômicas,

de caráter ultraneoliberal, como reação à falácia do Estado inchado – o elefante no meio da sala de jantar da propaganda eleitoral de Collor - que volta a incomodar a família tradicional brasileira, mas dessa feita, como apreendemos de Mota (2019), visando mais do que enxugamento. O que almejam e defendem é mesmo a subtração de qualquer intervenção social do Estado.

Com suas críticas públicas a um suposto excesso de proteção aos trabalhadores e suas políticas concretas em curso a partir da extinção do Ministério do Trabalho e da criação da tal carteira verde e amarela, o governo brasileiro, no mínimo, flerta com a escravidão moderna e com a ideia de que esta fosse preferencialmente dirigida a homossexuais, sem-teto e dissidentes políticos, nos moldes dos campos de concentração sob o comando de Hitler, e sem dúvidas simpatiza sem pudores com o controle ou supressão/proibição de sindicatos, greves e protestos, bem ao gosto das experiências fascistas da Itália e da Alemanha.

A longa e lamentavelmente realista relação encontrada em Behring (2019) ilustra bem a dimensão perversa do bolsonarismo e suas distintas expressões e desdobramentos devastadores da natureza e da humanidade, materializada por meio de queimadas criminosas na Amazônia brasileira, ameaças aos povos indígenas, precarização e informalidade de um mundo do trabalho sem direitos (inclusive previdenciários), gritante empobrecimento da população, brutal crescimento da face penal do Estado, censura no campo da arte, desmonte do controle democrático, intervenção em escolas e universidades em detrimento do legítimo respeito às eleições democráticas de reitores e diretores, dentre tantas outras discutidas pela autora (*Op. Cit*) ou que a ausência de freios a tamanhos recrudescimentos democráticos nos demandem ainda acrescentar.

Assim, a combinação perigosa entre fundamentalismo cristão e neoliberalismo *hardcore* que origina esse governo parece alimentar-se do pressuposto de que por profundos que possam ser os ataques aos direitos dos trabalhadores ainda será insuficiente, reforçando a funcionalidade ao capital da impossibilidade prática do programa neoliberal (HOEVELER, 2016), em nome da qual por mais socialmente desastrosas que sejam as políticas neoliberais argumentarão sempre que ainda são muitos os direitos dos trabalhadores, que ainda há muita regulação do Estado no mercado.

Nesse processo, a recriação permanente das expropriações tem sido também certamente uma das faces da dinâmica capitalista contemporânea, não nos restando dúvidas do equívoco da suposição de que, no amadurecimento do capitalismo, desapareceriam as expropriações bárbaras de sua origem. Expropriações não são exclusividades dos primórdios do capitalismo como se fosse uma característica externa a este modo de produção. Ao contrário, são inerentes à sua dinâmica e parte da sua natureza e desenvolvimento. Em tempos de crise, inclusive, exacerba-se a concentração de capitais e impulsiona-se, mais do que nunca, intensas expropriações de populações inteiras, tanto no que se refere às próprias condições de existência social, ambiental e biológica, como também à ampla expropriação de direitos historicamente conquistados pelas lutas da classe trabalhadora.

Na medida em que as expropriações, em sua face profundamente violenta tanto física quanto simbolicamente, ainda mais em tempos de crise, chocam-se frontalmente com as demandas populares politizadas pelos movimentos sociais organizados naquele contexto, também fortalece o aparato repressivo do Estado e expande o exercício autoritário da autoridade (GONÇALVES, 2019) para com estes movimentos, em conjunção, no caso do governo brasileiro, com uma defesa aberta da repressão a estes sujeitos coletivos e individuais, particularmente os da esquerda.

Tomando o conceito de hegemonia como a maior contribuição gramsciana para a teoria da democracia e a formação da consciência como alicerce de uma ação política que busque a conquista da hegemonia (DURIGUETTO, 2007), importa-nos, então, compreendermos as estratégias dos movimentos sociais no contexto de luta pela hegemonia, o que significa, por um lado, o processo de empreender a crítica teórica e prática à dominação capitalista e, por outro lado, construir as possibilidades de alteração desta realidade, mesmo não olvidando que certamente a ação política e organizativa das classes trabalhadoras não passa incólume ao projeto neoliberal e às fragmentações e desarticulações por este operadas como uma refração inclusive, como destaca Duriguetto (2007), da ação ideológica e político-cultural materializada

na forma como o receituário neoliberal incorpora a “questão democrática na sociedade civil”.

Lutas sociais e movimentos insurgentes: a organização da classe trabalhadora na era da democracia radicalmente blindada

Embora a sociedade de classes e a materialidade da crise econômica favoreçam bem mais às ideologias dominantes do que às de cunho crítico, nem por isso bandeiras e reivindicações contra hegemônicas deixam de ser pautadas na sociabilidade contemporânea. Numa perspectiva radicalmente divergente da linha teórica pós-moderna e neoconservadora, nossos estudos evidenciam a fragilidade das assertivas que afirmam os movimentos sociais da atualidade evitarem confrontos com outros sujeitos e construïrem sua ação política diluindo as fronteiras de classe, isto é, desconsiderando divergências em termos de projetos societários defendidos.

Ao contrário, é verdadeiro afirmar que - dando por reconhecida as imensas dificuldades de resistência enfrentadas pelos movimentos classistas – alguns movimentos sociais têm (re)inventado importantes formas de confronto: greves expressivas desde 2012 em diferentes setores e categorias, mobilizações por terra e moradia e ocupação de escolas e universidades em defesa da educação. Além disso, com o dramático quadro no mundo do trabalho, novos sujeitos, a exemplo dos trabalhadores de aplicativos³, têm protagonizado lutas importantes, demandando condições de trabalho, incluindo inédita paralisação nacional construída em 1º de julho de 2020, contando também com ações de boicote dos usuários às empresas como Rappi, Ifood, Loggi e UberEats no dia.

De resto, num cenário concomitante de ataque a direitos sociais e difusão exacerbada do machismo, racismo e homofobia, assumem papel ainda mais importante e potente do que anteriormente, os movimentos organizados de mulheres, negros, indígenas e LGBTs numa perspectiva classista, incitando diversas lutas indígenas, quilombolas, feministas, antirracistas e pela liberdade de orientação e expressão sexual. Quiçá sejam estes “os possíveis germes de uma futura rebelião popular” (DEMIER, 2020, p. 37), todos pautando uma agenda que, tanto no campo quanto na cidade, conflita frontalmente com a agenda governamental do bolsonarismo e seu projeto de estrangulamento dos movimentos populares e todo e qualquer instrumento de participação social.

Ainda que estas manifestações não tenham conseguido, em nossa análise, converter-se em projeto societário hegemônico, são fundamentais resistências à agenda regressiva da ortodoxia neoliberal. Resistência na qual situamos também organizações como MST, MTST e MPA, como exemplos de movimentos sociais que se constituem com perspectiva de classe bem definida e com disposição para o investimento em lutas que tenha como horizonte a superação do projeto capitalista.

Ademais, tratam-se de movimentos que, frente o agravamento da questão social, explicitam agendas, pautas e programas de forte crítica e enfrentamento às blindagens democráticas que persistem e se aprofundam no Brasil contemporâneo, como destaca a militância dos referidos movimentos⁴, a qual tem na contemporaneidade construído, na feliz expressão dos mesmos, uma “resistência ativa”:

Nós estamos debatendo [com os movimentos da Via Campesina] que nós estamos em um momento de resistência ativa, que a gente tem que buscar enfrentar essas ações neofacistas, mas resistir também como organizações de classe, desde onde é possível estarmos organizados. Então, temos

³ Segundo informações enviadas à reportagem do Jornal Brasil de Fato (2020) pela Rappi, a plataforma tinha cerca de 200 mil entregadores cadastrados na América Latina até março. Entretanto, com o início da pandemia, houve um aumento de 111% nesse número. O iFood, por sua vez, informa ter recebido mais de 175 mil pedidos de cadastro em março de 2020. Em fevereiro do mesmo ano, eram 85 mil.

⁴ Os depoimentos de militantes e dirigentes políticos do MST, MTST e MPA, transcritos e analisados no presente tópico, foram extraídos da 8ª live do Projeto ABEPSS Ao Vivo, transmitida pelo canal no youtube da entidade, com o tema “os movimentos sociais, as lutas sociais e a solidariedade de classe”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rxSupUR-kA&t=4929s>.

articulado essa resistência ativa com articulação política entre as forças de esquerda, ações simbólicas já que é um momento em que nós estamos impedidos de fazer ações de massa, mas então fazemos ações simbólicas em muitos locais, territórios, etc, e eu diria que também uma disputa nas redes sociais por um legado mais à esquerda, de ideologia, etc, e também das ações de solidariedade (MST).

É preciso também que a gente propagandeie as nossas vitórias. O fascismo também foi obrigado a recuar a partir do processo de retomada das ruas que foi feito pelas torcidas organizadas, os coletivos antifascistas, pelos movimentos sociais. Houve um recuo de alguma forma estratégico da narrativa, do discurso de ódio do Bolsonaro, que não recuou do ponto de vista programático, mas recuou do ponto de vista do avanço desse discurso do ódio ou pelo menos precisou aí se moldar um pouco mais. Eu acho que isso é fruto da organização e da nossa luta, mas eu acho que a gente precisa ampliar isso (MTST).

Não por acaso, das muitas divergências que temos com Dagnino (2000) quanto a forma como incorpora o pensamento de Gramsci⁵ e o debate sobre os movimentos sociais, resta-nos uma convergência importante: o reconhecimento de que os movimentos sociais são sujeitos presentes na arena de disputa entre diferentes projetos de democracia (e diríamos mais: societários) e o fazem inclusive ao trazer à baila de modo politizado, público e coletivo questões compreendidas predominantemente como nada mais que motes individuais, privados e que tampouco são percebidas como políticas.

Em meio a trágica crise sanitária instaurada mundialmente a partir da pandemia provocada pela covid-19, na qual rapidamente o Brasil fez-se epicentro do contágio, com dramáticas implicações econômicas e sociais, movimentos e organizações populares do campo e da cidade desenvolveram uma série de campanhas voltadas à população que mais tem sido atingida pelas graves consequências desse contexto, assentadas em ações que se constituem pela ótica da solidariedade de classe. Na explicação dos próprios movimentos:

Não é a solidariedade S.A que está aí pregada todos os dias na televisão feita por grandes empresas que colocam dinheiro aí pra comprar cestas básicas. O que nós estamos falando aqui é e o que nós fazemos (e não é só o MPA, são os movimentos sociais, a Via Campesina, a Frente Brasil Popular, vários outros)

5 Autor por vezes bastante mal interpretado, seja por aqueles que supostamente aderem às suas contribuições, seja por aqueles que se posicionam como ferrenhos críticos de suas elaborações, fenômeno que talvez possa ser parcialmente explicado pelo fato de toda a sua obra ter sido publicada postumamente, somente dez anos após a sua morte, ou pelo fato de não ser um autor de leitura considerada fácil, apresentando traços de continuidade e de relativa descontinuidade em seu pensamento (COUTINHO, 2011). Frequentemente – bem mais do que gostaríamos – nos deparamos com leituras enviesadas, dentre as quais incluímos a autora mencionada anteriormente, as quais concebem um Gramsci que trata de forma equivalente economia e cultura, sendo que o Gramsci que conhecemos centrou suas preocupações na esfera da política, mas nunca negou a centralidade ontológica das relações sociais de produção na explicação da vida social a partir da crítica da economia política; um Gramsci que não concebe a revolução como tomada do poder do Estado e sim como reforma intelectual e moral, quando na realidade o pensamento gramsciano não dispensa a tomada do poder, apenas entende que a conquista da hegemonia deve a preceder e concebe a reforma intelectual e moral como parte integrante da revolução e não a revolução em si mesma; e, em síntese, um Gramsci que consistiria em marco teórico alternativo à abordagem marxista e, nesse sentido, como porta de entrada para agregar outras perspectivas teóricas, quando na verdade não há em Gramsci qualquer ruptura teórica, metodológica ou política com o marxismo. Ao contrário, tem o marxismo como pressuposto para suas elaborações, mesmo que seja possível identificar algumas tendências idealistas presentes em suas primeiras formulações, reconhecidas pelo próprio Gramsci. O desenvolvimento original – no sentido de acrescentar novas determinações – que Gramsci empreende de algumas concepções presentes nas obras marxianas é, nos dizeres de Coutinho (2011), uma ampliação dialética na qual os elementos novos aduzidos por Gramsci não suprimem o núcleo duro das teorias de Marx e Engels.

nós estamos falando da solidariedade que salva vidas, que leva até o povo a informação de indigná-lo do porquê que nós estamos passando por isso [...] a solidariedade chega de uma forma que não é só levar o alimento, é organizar o povo para lutar em torno daquilo que não tem os seus direitos ou que tá perdendo os poucos que se tem [...] Esse alimento ele chega não somente o alimento, mas também todo esse debate político, essa formação que nós estamos vivendo [...] e quais são as formas de saída para tudo isso, para seguir resistindo (MPA).

[temos] visto a solidariedade, trabalhada nessa perspectiva de nós fazermos uma solidariedade como um processo de rebeldia e organizativo, de fato trazendo um sentido profundo do que que é a solidariedade. Diferente do que as empresas tem feito no campo da filantropia, de migalhas que de fato não contribuem muito. E temos colocado também como um desafio, digamos assim, de trabalhar essas ações de solidariedade como um desafio de nos aproximarmos também do mundo urbano, dos trabalhadores urbanos. Então onde que nós passamos com essas ações de solidariedade a gente pode avançar nesse trabalho de base com os pobres das periferias, no sentido da gente ir deixando um rastro organizativo também que daqui a pouco pode ser um acúmulo para as nossas lutas (MST).

Nesses termos, a solidariedade mobilizada traduz-se em investimento naquilo que parte expressiva da literatura especializada tem denominado de caráter educativo dos movimentos sociais. Como elucida Kowarick (1985) existe, nos chamados grupos populares, uma consciência crescente em construção, denominada pelo autor de desnaturalização dos problemas sociais. Tal desnaturalização pode ser identificada na medida em que as condições de vida e trabalho nas quais estão imersos os sujeitos que compõem tais grupos passam gradativamente a não ser mais vistas como advindas de fenômenos naturais.

Para tanto, percebe-se a partir dos depoimentos supracitados, ser o trabalho de base visualizado pelos movimentos sociais como uma das melhores formas de comunicar às pessoas o projeto político e a concepção de mundo que orienta a ação do movimento, com este precedendo e acumulando para os processos de mobilização e lutas.

Demonstra-se, assim, que a realidade está prenhe de focos de resistência classista, com diversos sujeitos coletivos empreendendo lutas concretas em prol dos interesses das classes subalternas. Entretanto, impera no cotidiano da atuação política dos movimentos sociais o largo quadro de dificuldades contemporâneas de organização e mobilização das massas, adensado em um cenário de ampliação do desemprego, precarização do trabalho e agravamento da pobreza. Conforme destaca o MTST, trata-se do desafio de:

a gente ter a classe trabalhadora organizada, o problema que é a nossa insuficiência de mobilização e organização num contexto como esse. Acho que a gente precisa pensar profundamente em relação aos mecanismos de construção da hegemonia. [...] vivemos gerações de desterritorialização, de forças que atuam justamente pra promover a morte, pra promover a expulsão, a remoção de grupos sociais inteiros e não é pouca coisa que a gente tenha movimentos sociais atuando, mas é muito triste e eu acho que o principal problema hoje é a nossa insuficiência de fazer frente aos desafios que estão colocados para a classe trabalhadora hoje, para as mulheres, para a população negra, para as populações indígenas [...] é um problema que a gente não tenha conseguido nesse contexto construir um consenso social em relação a outros patamares que a gente precisa

construir em termos de solidariedade de classe (MTST).

Com efeito, não podemos negar que as transformações ocorridas no mundo do trabalho e na dinâmica de produção capitalista, nas últimas décadas, operaram alterações substantivas no seio da classe trabalhadora e produziram um cenário de inúmeras dificuldades para a organização política crítica e combativa. Entendemos, ademais, que dois aspectos são especialmente centrais para engendrar e atualizar de modo permanente tais dificuldades de mobilização, a saber: o peso da formação sócio histórica brasileira a incidir na forma como os movimentos sociais se organizam no país e, nos dizeres de Ivo Tonet (2009), as expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade, que traz como uma de suas manifestações o alargamento da ideologia individualista.

Evidente que a própria dinâmica da sociabilidade do capital é determinante, muitas vezes, para a geração de processos de acomodação à ordem - amparados na apatia e no imobilismo - e entender esta dinâmica contribui para compreendermos o porquê da expressiva quantidade de sujeitos que não se inserem ou participam de algum espaço político e tampouco acreditam nas possibilidades da organização coletiva, atitudes extremamente difundidas pela lógica desta sociabilidade.

Ademais, face tais avanços e entraves presentes na ação política de movimentos urbanos e rurais, não podemos olvidar que a luta pela hegemonia de um projeto societário crítico e radicalmente oposto a esta sociabilidade, exige dos movimentos sociais, além da capacidade de identificar os mecanismos de atuação dos seus opositores, a capacidade política de estabelecimento de alianças com outros sujeitos individuais e coletivos, a fim de articular e ampliar as lutas, abrindo os horizontes da luta por direitos em direção a lutas emancipatórias.

Afinal, a história dos movimentos sociais não compreende exclusivamente sua história interna. Nas palavras de Gramsci (1978, p. 24) um movimento social – ou qualquer grupo social que seja – “[...] não é isolado; têm amigos, afins, adversários, inimigos”. Mas, logicamente, uma dimensão histórica e conjuntural perpassa as articulações e alianças estabelecidas, como atestam os depoimentos a seguir:

Nós temos as nossas ações de solidariedade e de aproximação, enfim, com o conjunto da classe, mas do outro lado também vem crescendo as articulações e atividades neofascistas do lado deles. Por isso só já impõe uma necessidade dos movimentos sociais, sindicais, partidários e de esquerda no sentido da gente buscar uma unidade em torno de um projeto e combater essas ações neofascistas (MST).

Uma ampla frente de movimentos sociais, do movimento sindical, enfim, das várias organizações progressistas, da própria Universidade, é fundamental neste contexto histórico pra gente avançar num outro projeto de sociedade [...] fortalecer as Frentes, Brasil Popular e Povo Sem Medo, a campanha Fora Bolsonaro que também é um ganho. A gente conseguiu ampliar o nosso leque de diálogo com organizações nesse contexto com a campanha fora Bolsonaro (MTST).

As alianças entre os movimentos possibilitam um salto qualitativo em termos de avanços políticos quando se consegue efetuar uma verdadeira ruptura com o corporativismo, entendendo a importância de abranger também, nas lutas e pautas defendidas, os interesses de outros grupos e organizações da classe trabalhadora, fortalecendo uma luta unitária.

Assim, não restam dúvidas de que a articulação dos movimentos populares com outros movimentos sociais e organizações de esquerda mostra-se extremamente necessária, principalmente em contextos de grandes ofensivas do capital. Não obstante, dada a diversidade de movimentos sociais existentes, inclusive em relação às mesmas demandas, por apresentarem diferenciações internas entre si quanto à forma de organização e o projeto político, a construção da unidade tem se configurado uma das dificuldades mais frequentemente encontradas

no âmbito da ação política.

A própria criação das Frentes mencionadas pelos dirigentes políticos dos movimentos nos depoimentos anteriormente transcritos, Brasil Popular e Povo Sem Medo, segundo Singer (2016), é o resultado do mal fadado esforço de formação de uma Frente Única em 2015. Embora seja importante frisar que, mesmo com diferenças, ambas têm dialogado e se articulado, viabilizando importantes construções de unidade no campo da luta social.

Uma necessidade que se impõe de modo ainda mais indeclinável num cenário de subfinanciamento, sucateamento, contingenciamento das políticas sociais, reforçadas pelo atual governo, em conjunto com outros tantos direcionamentos por este empreendido de absoluta incompatibilidade com a defesa da vida de trabalhadores e trabalhadoras. Afinal, quanto mais avança a retirada de direitos, mais explícita fica a corrosão de uma das ilusões que sustentam a democracia burguesa, qual seja, a abstração do indivíduo portador de direitos, fundamento material importante para o campo ideológico da sustentação às ilusões para com a democracia sob o capitalismo:

O regime democrático-blindado parece, desse modo, destinado a, por meio de suas contrarreformas, eliminar a abstração do 'indivíduo portador de direitos' que lhe subjaz e lhe estrutura ideologicamente, mas não por meio da realização efetiva e concreta desses direitos, não pela superação da emancipação política pela emancipação humana, não abolindo-a enquanto esfera abstrata de uma mera igualdade formal, jurídica e ficcional entre os homens atomizados, dando lugar à verdadeira igualdade social – como já propugnava o jovem Marx em 1843. Ao contrário, a *democracia blindada* brasileira se dirige, cegamente, para uma simples eliminação até mesmo dessa mera igualdade formal, jurídica e ficcional, para uma superação abstrata da abstração, reacionária, na medida em que a maior parte da população continuará não só sem sua cidadania concreta, sem o gozo efetivo dos direitos, mas até mesmo sem as formas ideológicas dessa cidadania (DEMIER, 2017, p. 104-105).

Por isso mesmo, por mais restrita que possa ser a democracia nesta lógica societária não pode ser de modo algum recusada pelos(as) trabalhadores(as) ou ter as suas contradições desprezadas, pois deve se constituir como fundamental interesse nosso, rumo a ampliação das possibilidades de organização dos(as) trabalhadores(as) e do enfrentamento à dominação do capital, que a luta de classes seja travada em contextos democráticos e, nesse sentido, reconhecemos que o tempo presente exige, mais do que nunca, fortalecimento dos movimentos classistas e anticapitalistas.

Considerações Finais

Rejeitando qualquer visão homogeneizada da sociedade civil e reducionista na apreensão dos conflitos sociais e do papel dos mesmos nos processos de alargamentos democráticos e transformação social, damos por demonstrado ser tão temeroso quanto perigoso menosprezarmos a ascensão bolsonarista na dinâmica política brasileira. Tão grave quanto supormos que o projeto político expresso por Bolsonaro e seu entorno seja facilmente derrotado em uma próxima disputa eleitoral ou crermos não passar de modismo político passageiro ou, pior ainda, ficarmos apenas aguardando que um dia a burguesia brasileira se canse de suas trapalhadas e dele se desfaça.

Aliás, tanto a esquerda crítica ao PT que supunha poder surfar na onda do antipetismo quanto à esquerda vinculada ao PT que segue crendo que o bolsonarismo será facilmente derrotado, cumprem papel quixotesco na proporção em que agem como um Dom Quixote às avessas, na brilhante referência de Mattos (2019), quando diante de terríveis gigantes enxergam nada mais que moinhos de vento.

Em confronto aberto com a ascensão do conservadorismo reacionário do tempo pre-

sente, impõe-se para os movimentos sociais anticapitalistas a atuação no campo da disputa de consciências, via trabalho de base e processos de organização e mobilização popular, como condição imprescindível para a formação de uma cultura emancipatória, dada inclusive a ampliação dos mecanismos de produção do consenso monopolizados pelas classes dominantes e da decepção dos setores populares com a política representativa ter sido cada vez mais canalizada para um desejo de mudança de perspectiva imediatista e truculenta, consoante com a direção frequentemente acenada pela extrema direita.

Não nos faltam, nessa perspectiva, indicativos da necessidade de construção da resistência, organizada e classista, no campo mediato e imediato, numa perspectiva de unidade das forças democráticas na ação política, caso tenhamos algum intento de investimento na construção da capacidade de se opor com firmeza às tendências *protofascistas*.

Diante do tamanho das ameaças a nos interpelarem, ficamos com a orientação de Mandel (1995) para avançarmos na resolução da crise da humanidade: não fazer nada ou arriscar-se em alternativas individualistas, fragmentadas, parciais e descontínuas é estarmos, de partida, fadados ao fracasso. Se nos movemos, de forma coletiva, mesmo sem nenhuma certeza de sairmos vitoriosos, há pelo menos possibilidade.

Referências

ABREU, Haroldo. **Para além dos direitos: cidadania e hegemonia no mundo moderno**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

AUGUSTO, André Guimarães. O que está em jogo no “Mais Mises, menos Marx?” In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (orgs). **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

BEHRING, Elaine. Devastação e urgência. In: CISLAHGI, Juliana Fiuza; DEMIER, Felipe (orgs). **O neofascismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

BRASIL DE FATO. **Entregadores de aplicativos remarcam nova greve para dia 25 de julho, 08 de julho de 2020**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/08/entregadores-de-aplicativos-remarcam-nova-greve-para-dia-25-de-julho>. Acesso em: 05 nov. 2020.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 128. São Paulo: Cortez, 2017.

CALIL, Gilberto. Gramsci e o fascismo. In: CISLAHGI, Juliana Fiuza; DEMIER, Felipe (orgs). **O neofascismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson (org). **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DAGNINO, Evelina. Cultura, Cidadania e Democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, Sonia E; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

DEMIER, Felipe. **Crônicas de dias desleais: ultraneoliberalismo, neofascismo e pandemia no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.

_____. **Crônicas do caminho do caos: *democracia blindada, golpe e fascismo no Brasil atual***. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

_____. **Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.
DIAS, Edmundo Fernandes. **A liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização**. 2ª ed. Campinas-SP: IFCH/UNICAMP, 1999.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil e democracia: um debate necessário**. São Paulo: Cortez, 2007.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GALVÃO, Andréia. Marxismo e Movimentos Sociais. In: **Revista Crítica Marxista**, n. 32. São Paulo: Unicamp, 2011.

GONÇALVES, Guilherme Leite. Crise, expropriações e autoritarismo. In: CISLAHGI, Juliana Fiuza; DEMIER, Felipe (orgs). **O neofascismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v.3.

_____. **Concepção dialética da história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HOEVELER, Rejane. A direita transnacional em perspectiva histórica: o sentido da “nova direita” brasileira. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (orgs). **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOWARICK, Lúcio. O Estado e a participação popular. In: **Crise nas metrópoles**. São Paulo: SEMPLA, 1985.

LÊNIN, V. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Sundermann, 2005.

MANDEL, E. Debate. In: VIGEVANI, T *et all* (orgs). **Liberalismo e socialismo: velhos e novos paradigmas**. São Paulo: UNESP, 1995.

MATTOS, Marcelo Badaró. Mais que uma analogia: análises clássicas sobre o fascismo histórico e o Brasil de Bolsonaro. In: CISLAHGI, Juliana Fiuza; DEMIER, Felipe (orgs). **O neofascismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

MELUCCI, A. The new social movements: a theoretical approach. In: **Social Science Information**, n.19, 1980.

MOTA, Ana Elizabete. A cultura da crise e as ideologias do consenso no ultraneoliberalismo brasileiro. In: CISLAHGI, Juliana Fiuza; DEMIER, Felipe (orgs). **O neofascismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

NETTO, J. P. Crise global contemporânea e barbárie. In: VIGEVANI, T *et all* (orgs). **Liberalismo e**

socialismo: velhos e novos paradigmas. São Paulo: UNESP, 1995.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. In: CISLAHGI, Juliana Fiuza; DEMIER, Felipe (orgs). **O neofascismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro.** Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SINGER, André. Por uma frente ampla, democrática e republicana. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs). **Por que gritamos golpe? para entender o impeachment e a crise política no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2016.

TONET, Ivo. Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade. In: **Serviço Social, direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

WOOD, Ellen. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2005.

Recebido em 27 de janeiro de 2021.

Aceito em 25 de agosto de 2021.